



ISSN: 2595-1661

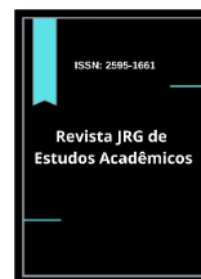
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](http://portal.periodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A Educação Cidadã como Fundamento para o Bem-Estar Social

Citizenship Education as a Foundation for Social Well-Being

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2726

ARK: 57118/JRG.v8i19.2726

Recebido: 21/11/2025 | Aceito: 25/11/2025 | Publicado on-line: 26/11/2025

Rodrigo Rios Faria de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-9397-1399>

<http://lattes.cnpq.br/4212680724753782>

Universidade do Vale do Sapucaí, MG, Brasil

E-mail: rodrigorios.adv@gmail.com

José Dias da Silva Neto

<https://orcid.org/0000-0001-6166-0035>

<http://lattes.cnpq.br/7846860234083476>

Universidade do Vale do Sapucaí, MG, Brasil

E-mail: jdendod@univas.edu.br



Resumo

Este artigo propõe uma análise crítica e aprofundada sobre o papel estruturante da educação cidadã na promoção do bem-estar individual e coletivo, à luz dos desafios sociopolíticos e educacionais que permeiam a contemporaneidade brasileira. A partir de uma revisão bibliográfica sistemática, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da pedagogia crítica, da filosofia política e das ciências sociais, examina-se como práticas educativas orientadas pela formação ética, reflexiva e participativa podem operar como dispositivos de emancipação e justiça social. Argumentando que a autoridade não decorre apenas de traços pessoais, mas é estruturada pelo contexto e pelos dispositivos simbólicos que dão sentido às interações humanas. A educação cidadã não se restringe à instrução formal, mas constitui um processo dialógico e transformador, capaz de fomentar o protagonismo social, a equidade e o fortalecimento da democracia. A investigação evidencia que o bem-estar, compreendido em sua dimensão biopsicossocial, está intrinsecamente vinculado à capacidade dos sujeitos de exercerem sua cidadania de forma plena, crítica e solidária.

Palavras-chave: Educação cidadã. Bem-estar social. Formação ética. Emancipação. Democracia participativa.

Abstract

This article proposes a critical and in-depth analysis of the structuring role of civic education in promoting individual and collective well-being, in light of the socio-political and educational challenges that permeate contemporary Brazil. Based on a systematic bibliographic review, grounded in classic and contemporary authors of critical pedagogy, political philosophy, and social sciences, it examines how educational practices guided by ethical, reflective, and participatory formation can operate as devices for emancipation and social justice. It argues that authority does not stem solely from personal traits but is structured by the context and the symbolic devices that give meaning to human interactions. Civic education is not restricted to formal instruction but constitutes a dialogical and transformative process, capable of fostering social protagonism, equity, and the strengthening of democracy. The investigation shows that well-being, understood in its biopsychosocial dimension, is intrinsically linked to the subjects' capacity to exercise their citizenship in a full, critical, and solidary manner.

Keywords: *Citizenship education. Social well-being. Ethical formation. Emancipation. Participatory democracy.*

1. Introdução

A educação, concebida como prática social historicamente situada, não se limita à função instrumental de transmissão de conteúdos ou à preparação técnica de indivíduos para o mercado de trabalho. Ela deve ser compreendida como um processo ontológico e epistemológico de formação humana, no qual se entrelaçam dimensões cognitivas, éticas, políticas e afetivas, constituindo-se em um espaço privilegiado de produção de sentidos e de construção da subjetividade. Nesse movimento, a educação assume papel central na conformação das estruturas socioculturais, atuando como mediadora entre os sujeitos e a realidade social, e contribuindo para a consolidação de valores e atitudes orientados pelos princípios democráticos e pelos direitos humanos (Freire, 1996; Morin, 2000). Trata-se, portanto, de uma prática cultural e política que incide diretamente na definição de projetos societários e na afirmação da dignidade humana, configurando-se como elemento estruturante da vida coletiva.

Nesse horizonte, a educação cidadã emerge como paradigma pedagógico que busca superar os limites da escolarização tradicional e promover a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos. Diferentemente do modelo bancário de ensino, que reduz o estudante à condição de receptor passivo de informações, a perspectiva cidadã propõe uma abordagem dialógica e emancipatória, fundamentada na problematização da realidade e na construção coletiva do conhecimento (Freire, 1987). A cidadania, nesse contexto, não se restringe ao exercício formal de direitos civis e políticos, mas implica participação ativa e consciente na esfera pública, engajamento ético com o bem comum e defesa intransigente da justiça social (Carvalho, 2008; Dallari, 2007). Assim, a educação cidadã configura-se como prática formativa que transcende os limites da instituição escolar e projeta-se para a vida em sociedade, exigindo processos pedagógicos capazes de fomentar reflexão crítica sobre as contradições sociais e de estimular a busca por alternativas transformadoras.

Em sociedades caracterizadas por desigualdades estruturais e por processos históricos de exclusão, como a brasileira, a promoção de uma educação voltada à cidadania revela-se não apenas necessária, mas imperativa para a superação de

injustiças e para o fortalecimento das instituições democráticas. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e formação, assume a responsabilidade de desenvolver práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a solidariedade e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma cultura política orientada pela equidade e pela dignidade humana (Arroyo, 2013; Gadotti, 2009). Nesse sentido, a educação cidadã não se limita a preparar indivíduos para o exercício de direitos previamente instituídos, mas busca formar sujeitos capazes de intervir na realidade, questionar estruturas de poder e propor novos caminhos para a convivência democrática.

A incorporação de práticas educativas comprometidas com a cidadania, portanto, deve ser entendida como exigência ética e como estratégia política de consolidação de sociedades mais justas e inclusivas. Ao articular saberes, valores e experiências, a educação cidadã contribui para a constituição de uma consciência coletiva que reconhece a pluralidade cultural, combate preconceitos e valoriza as diferenças como fundamento da vida democrática. Nesse processo, o papel dos educadores torna-se decisivo, uma vez que são eles os mediadores que, inspirados por uma visão crítica e humanista, podem transformar o espaço escolar em território de emancipação e resistência frente às desigualdades sociais.

2. Fundamentação teórica

A educação, enquanto fenômeno social e político, constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e equitativa. Nesse contexto, a concepção de educação cidadã emerge como uma proposta epistemológica e pedagógica que transcende os limites da instrução formal, orientando-se pela formação integral do sujeito e pela promoção de práticas emancipatórias. Conforme Freire (1996), educar é um ato político, no qual o educador, ao reconhecer a historicidade e a incompletude do ser humano, compromete-se com a libertação dos oprimidos e com a construção de uma consciência crítica capaz de transformar a realidade.

A cidadania, por sua vez, não pode ser compreendida de forma restrita, como mera titularidade de direitos civis e políticos. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo de participação ativa na vida social, econômica, cultural e ambiental, implicando o exercício da autonomia, da solidariedade e da corresponsabilidade (Carvalho, 2008; Dallari, 2007). Nesse sentido, a educação cidadã configura-se como um instrumento de formação ética e política, voltado à constituição de sujeitos capazes de intervir criticamente no mundo, respeitando a diversidade e promovendo o bem comum (Gadotti, 2009).

A relação entre autoridade, sociedade e comportamento humano se torna central no contexto. A compreensão crítica e pragmática desses fatores torna-se indispensável para vislumbrar-se a pedagogia cidadã. Exemplo paradigmático é o experimento conduzido por Philip Zimbardo, em 1971, na denominada “Prisão de Stanford”, que demonstrou como a atribuição de papéis, símbolos e hierarquias pode moldar drasticamente as condutas individuais. Após 54 anos do experimento da prisão de Stanford: discute-se o que se tornou clássico em psicologia social. Ressalta a força dos fatores externos chamado de “poder das circunstâncias” e define-se a fragilidade dos fatores internos referenciando os valores morais e personalidades a partir dos comportamentos. Sinalizando que mesmo pessoas consideradas normais podem ser influenciadas pelo contexto em que estão inseridas a cometerem atos abomináveis (Viana Azevedo, 2024).

O estudo revelou que: os participantes, ao serem investidos de aparatos simbólicos de autoridade tais como: uniformes, regras rígidas e posições hierárquicas; indivíduos comuns internalizaram expectativas de poder e submissão, produzindo atitudes autoritárias e processos de desumanização. Esse experimento evidenciou que a autoridade não decorre apenas de traços pessoais, mas é estruturada pelo contexto e pelos dispositivos simbólicos que dão sentido às interações humanas. No campo educativo, essa constatação reforça a necessidade de práticas pedagógicas que desnaturalizem formas autoritárias de poder e promovam cultura de ensino/aprendizagem baseadas no diálogo, ética e participação democrática (Viana Azevedo, 2024).

A literatura especializada tem evidenciado que práticas pedagógicas voltadas à cidadania — como assembleias escolares, projetos de intervenção comunitária, estudos sobre direitos humanos e metodologias participativas — geram impactos positivos no desenvolvimento socioemocional dos estudantes, fortalecendo o senso de pertencimento, a autoestima e a capacidade de resolução de conflitos (Borges; Gonçalves, 2024; Nascimento et al., 2021). Tais práticas contribuem para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e saudáveis, nos quais o bem-estar é promovido não apenas como ausência de sofrimento, mas como presença ativa de vínculos, reconhecimento e justiça.

Além disso, autores como Arroyo (2013) e Paro (2018) defendem que a escola deve assumir um papel protagonista na formação cidadã, articulando saberes acadêmicos com experiências vivenciais e comunitárias, de modo a romper com a lógica da fragmentação curricular e promover uma educação contextualizada, crítica e transformadora. A educação cidadã, portanto, não é um apêndice do currículo, mas sua própria essência, pois é por meio dela que se constrói a possibilidade de uma sociedade mais justa, plural e solidária.

3. Educação cidadã e bem-estar: uma relação intrínseca

O conceito de bem-estar, conforme delineado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ultrapassa a mera ausência de enfermidades, sendo compreendido como um estado de completo equilíbrio físico, mental e social (WHO, 1948). Essa definição, de caráter holístico, desloca o entendimento da saúde para além da dimensão biomédica, ao reconhecer que o bem-estar é resultado de processos relacionais, culturais e estruturais que se manifestam na vida cotidiana dos sujeitos. Nesse sentido, torna-se evidente que o bem-estar não pode ser dissociado das condições materiais de existência, das oportunidades de participação social e do acesso a direitos fundamentais, entre os quais a educação ocupa lugar central como instrumento de emancipação e de construção de cidadania.

A educação cidadã, nesse horizonte, revela-se como vetor estratégico para a promoção do bem-estar, ao instituir ambientes escolares que se caracterizam pela democracia, pela inclusão e pela segurança afetiva. Tais espaços, quando orientados por práticas pedagógicas dialógicas e participativas, favorecem não apenas a aquisição de conhecimentos formais, mas também o fortalecimento de vínculos interpessoais, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a consolidação de uma cultura de respeito mútuo e solidariedade (Gadotti, 2009; Morin, 2000). A escola cidadã, ao valorizar a escuta ativa, o protagonismo estudantil e a diversidade cultural, converte-se em território de cuidado, pertencimento e reconhecimento, elementos que se configuram como determinantes para a saúde mental e para o bem-estar subjetivo (Arroyo, 2013; Vygotsky, 2001).

A relevância dessa perspectiva é corroborada por evidências empíricas. Nascimento et al. (2021), em pesquisa realizada em escolas públicas de tempo integral com enfoque na cidadania, demonstram que estudantes inseridos em contextos educativos que priorizam a participação democrática, os direitos humanos e a justiça social apresentam níveis mais elevados de autoestima, engajamento comunitário e senso de pertencimento. Esses indicadores, amplamente reconhecidos pela literatura especializada como determinantes sociais da saúde, evidenciam a correlação direta entre práticas educativas cidadãs e a promoção do bem-estar psicossocial (Silva; Oliveira, 2020; Borges; Gonçalves, 2024). A escola, portanto, não apenas transmite saberes, mas atua como espaço de produção de subjetividades saudáveis e de fortalecimento da coesão social.

Além disso, a educação cidadã contribui para a construção da resiliência individual e coletiva, ao capacitar os sujeitos para a leitura crítica da realidade, para a resolução não violenta de conflitos e para a atuação ética em contextos de adversidade. Ao integrar valores como empatia, justiça, responsabilidade e cooperação ao currículo escolar, amplia-se a possibilidade de formação de sujeitos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos de forma solidária e democrática (Freire, 1996; Paro, 2018). Nesse processo, o bem-estar deixa de ser concebido como atributo individual e passa a ser entendido como resultado de práticas coletivas que fortalecem o tecido social e promovem a equidade.

Assim, a relação entre educação cidadã e bem-estar não se configura como mera associação contingente, mas como vínculo intrínseco e estruturante. A educação, ao assumir seu papel político e cultural, torna-se condição para a efetivação de uma vida digna, saudável e plena, na medida em que possibilita a construção de sujeitos críticos e engajados, capazes de intervir na realidade e de contribuir para a consolidação de sociedades mais justas e inclusivas. O bem-estar, por sua vez, emerge como consequência e, simultaneamente, como finalidade da educação cidadã, reafirmando a indissociabilidade entre formação humana, participação democrática e saúde integral.

Desafios e perspectivas

A consolidação de uma educação cidadã como eixo estruturante das políticas educacionais brasileiras enfrenta uma série de entraves históricos, políticos e institucionais que comprometem sua efetividade e alcance. Apesar dos avanços normativos e das experiências exitosas em contextos locais, persistem obstáculos significativos que dificultam sua implementação em larga escala, especialmente no que tange à resistência de setores conservadores, à precarização das condições de trabalho docente e à fragilidade das políticas públicas voltadas à formação cidadã (Saviani, 2008; Gentili, 2011).

Um dos principais desafios reside na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Muitos docentes ainda não dispõem de subsídios teóricos e metodológicos adequados para desenvolver práticas pedagógicas críticas, dialógicas e participativas, o que compromete a efetivação de uma proposta educativa voltada à emancipação e à justiça social (Libâneo, 2012; Candau, 2016). A ausência de uma política nacional de formação docente que articule os princípios da educação cidadã com a realidade concreta das escolas públicas contribui para a reprodução de modelos tradicionais, centrados na transmissão de conteúdos e na disciplinarização dos corpos.

Além disso, a estrutura curricular vigente, frequentemente fragmentada e descontextualizada, constitui outro entrave à promoção de uma educação cidadã. A superação dessa lógica requer a adoção de currículos interdisciplinares, integradores e contextualizados, que valorizem os saberes locais, a diversidade cultural e as experiências vivenciais dos estudantes (Morin, 2000; Gadotti, 2009). Tais currículos devem ser acompanhados de metodologias ativas que privilegiem a escuta sensível, o diálogo horizontal e a ação coletiva como fundamentos do processo educativo (Freire, 1996; Paro, 2018).

Discute-se três deveres estratégicos: autoridade, comportamento e contexto social, que são eixos críticos da educação cidadã. Salienta-se que o comportamento humano é moldado por estruturas simbólicas e institucionais. Dialoga-se com a crítica ao autoritarismo, fortalecendo o elo entre prática educativa, ética e emancipação (Viana Azevedo 2024).

No plano das políticas públicas, observa-se uma lacuna entre os discursos normativos e as práticas institucionais. Embora documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconheçam a importância da formação cidadã, sua operacionalização nas redes de ensino ainda é incipiente e marcada por contradições, especialmente diante das pressões por resultados mensuráveis e da lógica gerencialista que permeia a gestão educacional (Oliveira; Duarte, 2020).

Diante desse cenário, torna-se imperativo o fortalecimento de políticas educacionais comprometidas com a equidade, a democracia e os direitos humanos. Isso implica investimentos estruturais em formação docente, valorização profissional, gestão democrática e participação comunitária, bem como a construção de uma cultura escolar que reconheça a educação como prática de liberdade e como instrumento de transformação social (Freire, 1987; Arroyo, 2013).

4. Considerações Finais

A educação cidadã, concebida como prática emancipatória e promotora de justiça social, configura-se como eixo estruturante na consolidação de sociedades democráticas, equitativas e saudáveis. Mais do que um dispositivo pedagógico, ela se apresenta como um projeto político-cultural que visa à formação de sujeitos críticos, éticos e solidários, capazes de compreender, problematizar e intervir na realidade de forma reflexiva e comprometida. Sua contribuição transcende o âmbito escolar, incidindo diretamente sobre o fortalecimento do tecido social e sobre a promoção do bem-estar em suas múltiplas dimensões — física, psíquica, relacional e política — reafirmando a indissociabilidade entre educação, cidadania e dignidade humana (Freire, 1996; Gadotti, 2009; Morin, 2000).

A articulação entre educação cidadã e bem-estar social não se estabelece de maneira linear ou mecânica, mas por meio de processos formativos complexos, que demandam práticas pedagógicas pautadas pela escuta ativa, pelo diálogo, pela participação e pelo reconhecimento da diversidade. Tais processos implicam a superação de modelos autoritários e excludentes, historicamente presentes na tradição escolar, em favor de práticas educativas que promovam o protagonismo estudantil, a justiça curricular e a inclusão sociocultural. Trata-se de uma pedagogia que, ao valorizar a pluralidade de vozes e experiências, reconhece a escola como espaço de produção de sentidos e de construção coletiva da realidade (Arroyo, 2013; Candau, 2016).

Nesse horizonte, destaca-se a reflexão de Viana Azevedo (2024), ao enfatizar a gestão democrática escolar e a participação comunitária como dimensões indispensáveis para a efetivação da educação cidadã. Sua análise evidencia que a

democratização da escola não se restringe a mecanismos formais de participação, mas exige a criação de condições concretas para que docentes, estudantes e famílias se tornem sujeitos ativos na definição dos rumos da instituição. Transformar a escola em espaço de co-decisão e de reconhecimento coletivo implica deslocar o foco da mera transmissão de saberes para a construção de práticas emancipatórias, capazes de fortalecer vínculos sociais e ampliar as possibilidades de bem-estar comunitário.

A análise realizada permite afirmar que a educação cidadã, ao articular emancipação e bem-estar, demanda não apenas reflexões teóricas, mas também ações concretas que se traduzam em práticas pedagógicas e políticas públicas consistentes. Nesse sentido, algumas implicações podem ser destacadas. Em primeiro lugar, é necessário que os projetos pedagógicos escolares incorporem de forma transversal os princípios da cidadania, assegurando que o currículo contemple dimensões éticas, políticas e socioemocionais da formação humana. Isso significa superar a lógica conteudista e tecnicista, valorizando metodologias participativas que promovam o protagonismo estudantil e a construção coletiva do conhecimento (Freire, 1996; Gadotti, 2009).

Em segundo lugar, torna-se fundamental investir na formação continuada de educadores, orientada por referenciais críticos e humanistas. O professor, enquanto mediador de processos emancipatórios, precisa estar preparado para estimular a reflexão crítica, a solidariedade e o respeito à diversidade, o que exige programas de formação que contemplem não apenas aspectos pedagógicos, mas também dimensões políticas e culturais da prática educativa (Arroyo, 2013; Candau, 2016).

Outro ponto relevante refere-se à gestão democrática das instituições escolares, condição indispensável para a efetivação da educação cidadã. Democratizar a escola implica criar espaços de co-decisão, nos quais docentes, estudantes e famílias participem ativamente da definição das políticas institucionais. Essa perspectiva fortalece vínculos comunitários e amplia o sentido de pertencimento, elementos essenciais para o bem-estar coletivo (Viana Azevedo, 2024).

Do ponto de vista das políticas públicas, é urgente o fortalecimento da escola pública de qualidade social, concebida como espaço de inclusão, equidade e humanização. Isso requer investimentos em infraestrutura, valorização profissional e garantia de condições materiais adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas cidadãs. Como defendem Paro (2018) e Gentili (2011), a educação cidadã não pode ser vista como complemento, mas como núcleo estruturante da escola democrática.

Por fim, recomenda-se que a educação cidadã seja reconhecida como eixo transversal das políticas sociais, articulando-se com áreas como saúde, cultura e assistência social. Essa integração favorece a criação de redes de proteção e cuidado, ampliando o alcance das práticas educativas e consolidando o bem-estar como horizonte coletivo.

A educação cidadã não deve ser concebida como apêndice ou complemento da formação escolar, mas como sua própria razão de ser. É por meio dela que se concretiza a possibilidade de uma sociedade fundada na dignidade, na solidariedade e na justiça, na qual o bem-estar coletivo não é apenas resultado, mas também horizonte ético e político. Nesse sentido, reafirma-se que a educação cidadã, ao articular emancipação e bem-estar, constitui não apenas um projeto pedagógico, mas um compromisso civilizatório com a construção de um futuro mais humano, plural e democrático.

Referências

- ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BORGES, G. M. O.; GONÇALVES, G. S. D. EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DAS ESCOLAS NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES. CONAPEC, 2024. Disponível em: <https://ime.events/conapec/pdf/45881>. Acesso em 20 de novembro de 2025.
- CANDAU, V. M. F. Educação em direitos humanos: desafios da transversalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 19-35, 2016.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DALLARI, D. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. *Educação e cidadania planetária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GENTILI, P. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.
- NASCIMENTO, G. A. et al. Educação para a cidadania: estudo de caso em uma escola cidadã integral. *Qualitas Revista*, v.22, n.3, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/download/2447/1954/7623>. Acesso em 20 de novembro de 2025.
- OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. Políticas educacionais e o desafio da formação cidadã: entre a normatividade e a precarização. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 36, n. 2, p. 389-406, 2020.
- PARO, V. H. *Educação e democracia: políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2018.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, R. A.; OLIVEIRA, M. C. Educação, saúde mental e cidadania: intersecções possíveis. *Revista Brasileira de Educação*, v.25, n.81, 2020.
- UNITINS. Educação para a construção da cidadania. *Revista Humanidades e Inovação*, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7809/5405>. Acesso em 20 de novembro de 2025.
- VIANA AZEVEDO, Lucas Frederico; VIANNA, Túlio. 50 anos do experimento da prisão de stanford: o poder das circunstâncias sobre o comportamento dos agentes

disciplinares prisionais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 184, n. 184, 2024.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Preamble to the Constitution of the World Health Organization*. New York: WHO, 1948.